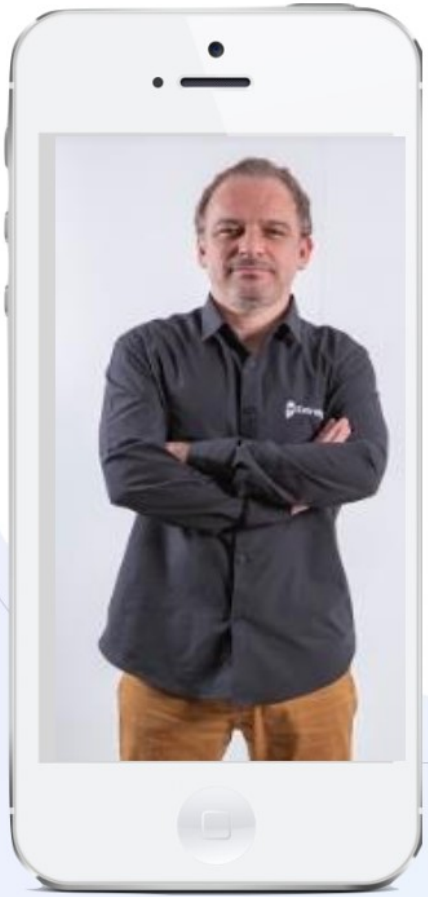
Estratégia

Concursos

Leandro Signori



Telegram
https://t.me/profleandrosignori

@profleandrosignori

YouTube
Leandro Signori

Estratégia

Concursos

RETROSPECTIVA DE ATUALIDADES

JUNHO DE 2023

Prof. Leandro Signori

FATOS NACIONAIS

Prof. Leandro Signori

CMN mantém meta para inflação de 2023 em 3,25%

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta 5ª feira (29.jun.2023) que o **CMN (Conselho Monetário Nacional)** decidiu por **manter a meta para a inflação a 3% para 2024, 2025 e 2026. O conselho definiu ainda que, a partir de 2025, será adotado o modelo de meta contínua.**

A decisão é menos drástica e tem simpatia do Banco Central. Com isso, o ministro disse ainda que há grande expectativa do governo de cortes "consistentes" da Selic, a taxa básica de juros, a partir de agosto, pois os indicadores têm demonstrado cenário favorável na inflação.

Segundo o ministro, **a decisão do horizonte para cálculo da meta é do Banco Central, mas "na prática, se trabalha com 24 meses".**

Eis as metas para inflação determinadas pelo colegiado:

- 2023 – 3,25% (margem de tolerância: de 1,75% a 4,75%);
- 2024, 2025 e 2026 – 3% (margem de tolerância: de 1,5% a 4,5%)

A mudança no sistema de meta para inflação passa a valer a partir de 2025, quando termina o mandato do presidente do BC (Banco Central), Roberto Campos Neto. O economista já havia se manifestado favoravelmente à adoção deste formato.

Atualmente, o país segue o regime de meta baseado no calendário gregoriano. O patamar a ser perseguido deve ser aquele fixado para o período de janeiro a dezembro. Com a mudança do sistema, adota-se o regime contínuo, que estabelece período superior a 1 ano para cumprimento da meta de inflação.

BC mantém Selic em 13,75% ao ano pela 7ª vez seguida e evita sinalizar queda

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) resistiu novamente às pressões do governo e de empresários ao manter nesta quarta-feira (21) a taxa básica de juros Selic em 13,75% ao ano. Esta é a sétima manutenção consecutiva dos juros no atual patamar.

No comunicado, apesar de deixar de fazer referência a uma chance de retomada de alta na taxa Selic, como era encontrado em textos anteriores, os técnicos do BC não sinalizaram claramente uma queda para a próxima reunião, em agosto.

A decisão, mais uma vez foi por unanimidade, mantendo o juro real do Brasil no maior patamar do mundo, de 9,44% ao ano, considerando o IPCA, índice oficial de inflação, de 3,94% no acumulado em 12 meses.

O ranking tem o México na segunda posição, com juros reais de 5,15%, Rússia em terceiro, com 4,88%, Chile em quarto (2,34%) e África do Sul em quinto (1,38).

Comunicado tem tom duro no final

Em um comunicado mais inclinado para o tom pessimista do que o otimista, o Comitê deixou de fazer referência a uma chance de retomada de alta na Selic. Ao mesmo tempo que fez questão de não sinalizar uma queda na próxima reunião.

Em seu trecho mais duro, os técnico do BC dizem que irão perseverar na manutenção da taxa "até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas".

O texto afirma que a conjuntura econômica atual "demanda paciência e serenidade na condução da política monetária". Os técnicos do BC enumeram o que chamam de "os passos futuros da política monetária", que segundo eles "dependerão da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de inflação, em particular as de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos".

Projeções apontam para queda em 2023

Apesar do tom mais duro do que o esperado, as projeções do mercado financeiro têm apontando para uma queda na taxa Selic de 0,25% a 0,50% até o final do ano.

Na semana passada, o CEO do Itaú-BBA, Flávio Souza, afirmou que o banco espera que a taxa de juros encerre o ano ao redor de 12,50% ao ano. Já o último boletim Focus, que traz as apostas dos principais economistas do mercado financeiro, apontou a taxa de juros em 13,25% em dezembro de 2023.

Até lá, ainda restam quatro reuniões do Copom, entre os dias 1º e 2 de agosto, 19 e 20 de setembro, 31 de outubro e 1º de novembro, 12 e 13 de dezembro.

Decisão da taxa Selic era esperada

A manutenção da taxa de juros, que está em seu maior nível desde janeiro de 2017, era amplamente aguardada pelos representantes do mercado financeiro, que não acreditavam em uma manobra considerada brusca da atual gestão, liderada pelo economista Roberto Campos Neto.

Geralmente, o início de um novo ciclo por parte da autoridade monetária, seja ele de corte, seja de alta, é precedido por um comunicado prévio, geralmente emitido na reunião anterior do colegiado.

Inflação em queda impacta taxa

No último Boletim Focus, a projeção de inflação para 2023 era de 5,12%, quase 1 ponto porcentual abaixo da expectativa para o IPCA da reunião anterior, em maio de 2023.

Mesmo assim, a inflação esperada para o ano ainda está bastante acima do teto da meta de 4,75%, o que aponta para três anos seguidos de descumprimento pelo BC de seu mandato principal, após 2021 e 2022.

Para 2024, a previsão de mercado agora está em 4% (0,18% menos que em maio), o que já supera o centro da meta de 3,00% do BC, mas mantêm o comportamento dos preços dentro do limite máximo de tolerância, estipulado em 4,50% pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

S&P eleva perspectiva do Brasil para positiva pela 1ª vez desde 2019

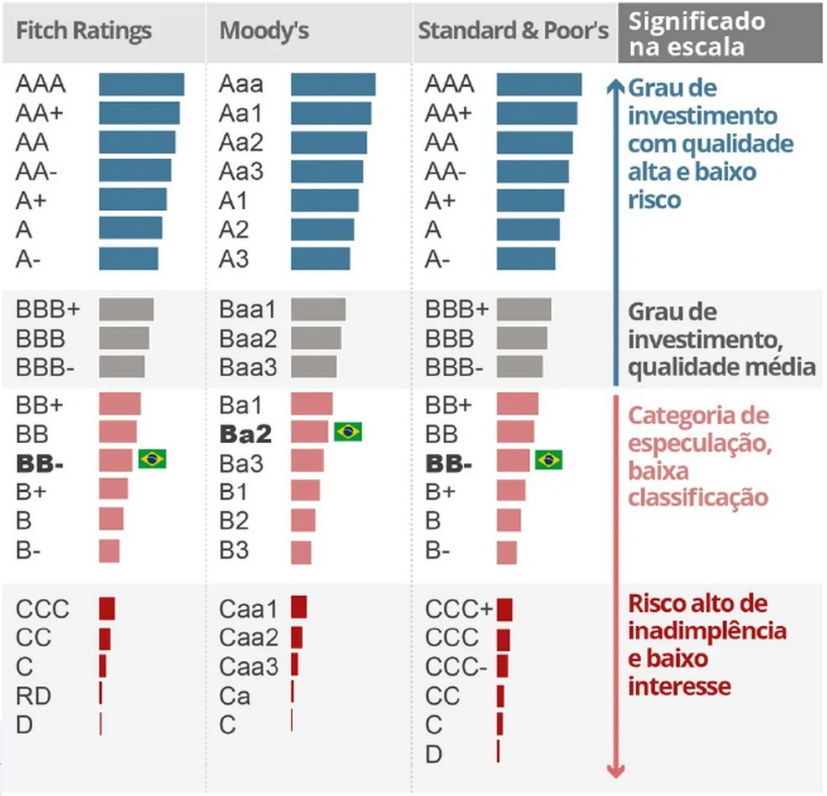
A agência de classificação de risco S&P Global Ratings alterou a perspectiva de rating (nota de crédito) do Brasil de estável para positiva nesta quarta-feira (14). A classificação positiva para o país não acontecia desde 2019.

A empresa também reafirmou o rating de crédito soberano, que reflete a capacidade do país de honrar seus compromissos financeiros, em "BB-" — nota que o país tem desde 2020.

Essa classificação ainda indica um "grau especulativo" — o que, segundo a agência, aponta que o Brasil está menos vulnerável ao risco no curto prazo, mas segue enfrentando incertezas em relação a condições financeiras e econômicas adversas.

Brasil sem selo de bom pagador

Veja nota do país nas principais agências de risco



g1 **Infográfico atualizado em:** 14/06/2023
Fonte: Fitch Ratings; Standard & Poor's; Moody's

O movimento reflete sinais de maior certeza sobre a estabilidade das políticas fiscal e monetária, que podem acabar beneficiando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Integrantes do governo comemoraram a alteração feita pela S&P. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por exemplo, publicou a decisão em seu Instagram nesta quarta-feira (14). No Twitter, o ministro afirmou que a economia do país "já demonstra uma capacidade grande de apresentar resultados positivos".

De acordo com a S&P, apesar de o Brasil ainda registrar grandes déficits fiscais, o avanço da atividade e um caminho mais claro para a política fiscal podem resultar em um ônus da dívida do governo "menor do que o inicialmente esperado."

"Isso poderia dar suporte à flexibilização monetária e à posição externa líquida do Brasil", afirmou a empresa em comunicado.

"Tais evoluções reforçariam nossa visão sobre a resiliência da estrutura institucional do Brasil, com uma formulação de políticas estável e equilibrada entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do governo", acrescentou.

A agência reforça, no entanto, que caso as políticas fiscal e monetária sejam implementadas de forma inadequada e resultem em um crescimento econômico limitado e uma deterioração fiscal maior do que o esperado, essa perspectiva pode ser novamente rebaixada para "estável" nos próximos dois anos.

"A deterioração na sinalização de política também pode afetar os fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) e, assim, enfraquecer a posição externa líquida do Brasil", disse a S&P.

Já no cenário positivo, se o governo conseguir implementar políticas econômicas "pragmáticas" e que sejam capazes de conter as vulnerabilidades nas finanças públicas do país, indicando um crescimento maior do PIB, a companhia afirma que pode elevar o rating brasileiro novamente nos próximos dois anos.

"A chave para isso seria a aprovação de reformas adicionais — entre elas, a reforma tributária atualmente em debate", acrescentou.

O que essa mudança significa?

A elevação da perspectiva do Brasil de estável para positiva indica um cenário mais otimista para o país no médio prazo — e pode, eventualmente, se traduzir em novas elevações da nota de crédito.

Essa nota de crédito reflete a solidez e a saúde das finanças do Brasil, indicando sua capacidade em honrar com seus compromissos financeiros ao longo do tempo. Quanto maior é essa classificação, mais confiável o país é.

Na prática, a mudança da perspectiva muda pouca coisa para o Brasil de imediato — os efeitos maiores devem vir de forma mais clara quando (e se) essa alteração se refletir em uma nota de crédito melhor.

Isso porque quanto maior é a nota de um país, mais os investidores (principalmente estrangeiros) tendem a alocar recursos em sua economia, promovendo um maior crescimento da atividade.

Lula assina decreto que prepara país para assumir presidência do G20

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou decreto na 3ª feira (13.jun.2023) que cria uma estrutura administrativa para que o Brasil possa exercer a presidência do G20, principal fórum de cooperação econômica internacional. O mandato terá início em 1º de dezembro deste ano e vai até novembro de 2024.

A liderança brasileira contará com mais de 100 reuniões. Sediará ainda a reunião de cúpula do grupo, no Rio de Janeiro, em 18 e 19 de novembro de 2024.

O decreto institui a Comissão Nacional para a Coordenação da Presidência Brasileira do G20, que será administrada por 39 órgãos da administração federal.

Além disso, define responsáveis pelas duas trilhas do grupo. A de "Sherpas", que representa os líderes do G20, está sob comando do secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do MRE (Ministério de Relações Exteriores), Mauricio Carvalho Lyrio. Já a financeira, tem chefia da secretária de Assuntos Econômicos Internacionais, Tatiana Rosito.

O Itamaraty também será responsável pelo planejamento, organização e logística das atividades e eventos durante o período de presidência.

"Dado o importante papel do G20 na discussão de temas centrais para a governança global, com a participação tanto de países desenvolvidos quanto de países em desenvolvimento, a presidência desse agrupamento representará oportunidade única para que o Brasil projete suas prioridades de política externa e suas políticas públicas internas nas áreas de atuação do grupo", diz o MRE em nota.

Ursula von der Leyen anuncia investimentos para Amazônia e produção de hidrogênio verde no Brasil

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou nesta segunda-feira (12) **investimentos do bloco europeu para a preservação da Amazônia e produção de hidrogênio verde no Brasil**.

Ursula von der Leyen teve reunião bilateral com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nesta tarde. **Entre os temas tratados estiveram as mudanças climáticas, a Floresta Amazônica e matrizes energéticas**.

"A Floresta Amazônica é uma maravilha da natureza, o pulmão verde de nosso planeta, e é um aliado fundamental contra o aquecimento global. Então, queremos contribuir com **€ 20 milhões para o Fundo Amazônico**. E os estados membros também devem contribuir", disse a jornalistas após o encontro.

Em sua fala, a presidente da Comissão Europeia fez comentários positivos sobre matriz energética brasileira e afirmou que o bloco "pode aprender muito com o Brasil".

"Fico muito satisfeita por lançarmos outro projeto, sobre hidrogênio verde. A Europa vai investir € 2 bilhões para apoiar a produção brasileira de hidrogênio verde, promovendo eficiência energética na sua indústria", completou.

Von der Leyen ainda acolheu o Brasil como sede da COP-30 e disse apoiar Lula no combate ao desmatamento da Amazônia e em favor do uso sustentável da terra.

Para a alemã, com Lula à frente do país, é "chegada a hora de levar essas parcerias estratégicas a outro nível".

O que é hidrogênio verde e como ele pode ser uma fonte de energia renovável?

O que é hidrogênio verde? Conforme o mundo tenta intensificar o combate às mudanças climáticas, cresce a busca por novas fontes de energia que consigam ajudar na descarbonização da economia, ou seja, reduzir as emissões de gás carbônico.

E o hidrogênio tem ganhado espaço e atenção nesse processo.

O gás hidrogênio é visto como uma alternativa eficiente, tendo um grande potencial energético e aplicação em setores cuja descarbonização não passa por outras fontes de energia renovável, como a eólica e a solar.

Hoje, o gás ainda é produzido usando principalmente fontes de energia não renováveis e poluentes, mas há possibilidade de expansão do uso de fontes renováveis nessa produção, gerando o chamado hidrogênio verde.

Esse tipo de hidrogênio é considerado a “energia do futuro”, com potencial de uso em diversas áreas, do transporte à indústria e que faz parte da agenda de descarbonização de muitos países.

Para especialistas, os custos elevados ainda impedem a disseminação, mas isso deve se reverter nos próximos anos, e o Brasil possui condições para se beneficiar dessa nova tendência.

Entenda mais sobre o assunto a seguir.

O que é o hidrogênio verde?

O hidrogênio verde é uma forma de hidrogênio produzido a partir de fontes renováveis de energia, como a energia solar e eólica.

Ele é considerado "verde" justamente porque sua produção não emite gases de efeito estufa, contribuindo para a redução das emissões de carbono e a mitigação das mudanças climáticas.

O hidrogênio verde possui um potencial significativo como uma alternativa sustentável aos combustíveis fósseis.

Ele pode ser usado em carros, caminhões, ônibus, trens, aviões e navios movidos a células de combustível, que converte o hidrogênio em eletricidade.

Ainda, pode ser útil em processos industriais que demandam altas temperaturas, como a siderurgia e a produção de fertilizantes.

Como o hidrogênio é obtido?

O hidrogênio é o elemento químico mais abundante na natureza, mas é também um dos mais reativos. Isso significa que é difícil encontrá-lo sozinho, e o mais comum é que ele componha outras substâncias, como uma série de gases e a água, a forma mais encontrada.

Segundo Claudio Ruggieri, professor da Poli-USP, isso obriga a **realização de processos químicos para obter o hidrogênio e usá-lo**.

Ele afirma que, em geral, **são três os principais tipos de hidrogênio usados hoje, variando pela fonte de geração de energia envolvida no processo**.

"O primeiro é o **hidrogênio marrom**, gerado usando carvão. Há o **hidrogênio cinza**, gerado usando gás natural ou metano, e por último há o **verde**, obtido via fontes renováveis, como uma plana eólica ou solar", afirma.

No caso do hidrogênio verde, as moléculas de água são separadas, a partir de um processo chamado eletrólise. Nela, uma corrente elétrica passa pela água e separa os átomos de hidrogênio e oxigênio, resultando na formação dos dois gases.

Ruggieri diz que o processo de geração do hidrogênio verde via eletrólise com fontes renováveis ainda é mais caro dos que os outros dois, o que dificulta uma expansão de produtoras de hidrogênio verde e sua adoção em escala.

Entretanto, o uso dessa forma mais limpa do gás vem "recebendo uma atenção muito grande recentemente, como fonte adicional de energia renovável". Para ele, isso está ligado à necessidade de descarbonização da economia.

Nesse sentido, o hidrogênio verde apresenta algumas vantagens. Primeiro, pode ser usado em setores onde a aplicação de outras energias renováveis não resolveriam toda a necessidade de reduzir emissões. Segundo, não é intermitente ou dependente do clima, como as fontes eólica, solar e hídrica. Ao contrário, a produção de gerado por essas fontes,

Para Bruno Vath Zarpellon, diretor de inovação e sustentabilidade da Câmara Brasil-Alemanha de São Paulo, “o hidrogênio verde consegue cobrir lacunas que outras energias verdes não abarcam. Isso não quer dizer que em 2 anos vai ter uso. Tudo indica que a competitividade em relação ao cinza virá em 10 anos, mas a utilização em escala menor vem antes”.

Ele afirma que esse processo poderia ser acelerado, mas isso “demanda iniciativas públicas e privadas para estimular o uso, desde isenção, incentivos, editais, o que já aconteceu com outras energias”.

Quais são as aplicações do hidrogênio verde?

José Geraldo Melo Furtado, pesquisador do Cepel, vinculado à Eletrobras, o hidrogênio não é em si uma fonte de energia, mas sim um "vetor energético". Isso significa que o gás pode ser usado para armazenar e transferir energia. De acordo com o pesquisador, cerca de 95% do hidrogênio usado hoje é o cinza.

Segundo Ruggieri, o hidrogênio gerado fica na forma de gás, podendo ser armazenado em tanques. Feito isso, o gás pode ser colocado em células de hidrogênio, que realizam um processo químico que resulta na liberação da energia acumulada na eletrólise e gera como subproduto vapor d´água.

A célula gera, então, energia elétrica, que pode movimentar um motor. "Em veículos pequenos, é um processo menos eficiente em relação à bateria elétrica, então ele começa a ser pensado para veículos maiores, como caminhão, trens, navios, avião", diz.

O motivo é que, em veículos maiores, a quantidade de baterias elétricas para gerar energia suficiente é muito grande, inviabilizando o uso. Com isso, o hidrogênio surge como forte candidato para substituir os combustíveis fósseis nesses meios de transporte.

Koen Langie, gerente de desenvolvimento de negócios da Engie, afirma que a área de mobilidade é a com maior potencial de consumo. Apesar de já existirem alguns carros movidos a hidrogênio, a maioria das aplicações está em nível demonstrativo, com a barreira do preço dificultando a expansão comercial, já que a gasolina e o diesel são mais baratos.

"Mas a diferença de preços é cada vez menor, o que vai dar mais sentido em fazer o uso do hidrogênio em larga escala", diz.

Outras áreas em que o hidrogênio verde pode ser usado estão ligadas à indústria. Nelas, diversos processos envolvem a necessidade de gerar muito calor, e é comum que combustíveis fósseis sejam usados.

O hidrogênio verde, porém, poderia substituir essas fontes, descarbonizando indústrias como a petroquímica e a siderúrgica, em áreas como as de conversão de ferro em aço e na produção de amônia, muito usada para gerar fertilizantes agrícolas.

Apesar de existir potencial para o hidrogênio verde gerar energia elétrica para consumidores, Ruggieri afirma que ainda falta tecnologia para isso, já que as células de hidrogênio não possuem o tamanho necessário para essa geração.

Zarpellon diz que, segundo mapeamento da Câmara Brasil-Alemanha, a maioria dos projetos hoje ligados ao hidrogênio verde estão voltados para trazer soluções à produção. Mas o armazenamento e o transporte do gás também demandam atenção, e podem atrasar a adoção.

A Engie, por exemplo, estuda uma forma de transportar o hidrogênio nos mesmos gasodutos para gás natural. Segundo Ruggieri, o mais comum é que o gás seja transportado na forma de amônia.

"No passado o hidrogênio adquiriu uma má reputação por causa dos dirigíveis que pegavam fogo, mas é porque o armazenamento estava incorreto. Hoje é um cenário bem improvável. É inflamável, mas é igual ao gás natural", diz.

Apesar disso, quanto mais próxima a área de produção do hidrogênio estiver da área de consumo – de uma indústria a um posto de combustível -, mais barato o uso, e maior a chance da sua adoção.

Vantagens e desvantagens do hidrogênio verde

O hidrogênio verde apresenta algumas vantagens, mas também alguns desafios. Vamos começar pelos aspectos positivos.

Por exemplo, pode ser usado em setores onde a aplicação de outras energias renováveis não resolveria toda a necessidade de reduzir emissões.

Segundo, não é intermitente ou dependente do clima, como as fontes eólica, solar e hídrica. Além disso, a sua produção pode usar o excedente gerado por essas fontes, que hoje não possui uso.

Para Bruno Vath Zarpellon, diretor de inovação e sustentabilidade da Câmara Brasil-Alemanha de São Paulo, "o hidrogênio verde consegue cobrir lacunas que outras energias verdes não abarcam."

"Isso não quer dizer que em 2 anos vai ter uso. Tudo indica que a competitividade em relação ao cinza virá em 10 anos, mas a utilização em escala menor vem antes", diz.

Ele afirma que esse processo poderia ser acelerado, mas isso "demanda iniciativas públicas e privadas para estimular o uso, desde isenção, incentivos, editais, o que já aconteceu com outras energias".

Por outro lado, essa é uma alternativa cara que demanda mais energia e metais nobres para ser produzida.

Ruggieri diz que o processo de geração do hidrogênio verde via eletrólise com fontes renováveis ainda é mais caro do que os outros dois, o que dificulta uma expansão de produtoras de hidrogênio verde e sua adoção em escala.

Ou seja, o alto custo é um desafio a ser superado para tornar o hidrogênio verde economicamente viável em larga escala.

Entretanto, o uso dessa forma mais limpa do gás vem "recebendo uma atenção muito grande recentemente, como fonte adicional de energia renovável". Para ele, isso está ligado à necessidade de descarbonização da economia.

Além disso, está se falando de um elemento altamente reativo e inflamável, por isso, requer cuidados especiais de transporte e distribuição, o que pode também se tornar um desafio.

Outro ponto de atenção também reside no fato de que o hidrogênio verde pode ter uma relação de dependência de hidrocarbonetos, petróleo e seus derivados, que são usados como matéria-prima ou fonte de energia para a eletrólise.

Hidrogênio verde no Brasil

O Brasil tem um grande potencial para produzir hidrogênio verde, pois possui uma matriz elétrica baseada em fontes renováveis, como hidrelétrica, eólica e solar.

Inclusive, projeções feitas pela consultoria McKinsey mostram que o Brasil é uma das grandes apostas quando o assunto é energia verde.

O país possui fontes de energia renovável em abundância, como hidrelétrica, biomassa, eólica e solar.

Além disso, tem uma extensa costa marítima e um clima favorável para a instalação de parques eólicos e solares offshore, que podem gerar eletricidade para a eletrólise da água do mar.

Quanto a números, o setor também é promissor: os mercados de energia renovável, energia e materiais de base biológica e mercados de carbono devem movimentar mais de US$ 124 bilhões no Brasil até 2040.

Para o hidrogênio verde, especificamente, esse valor gira em torno de US$ 20 bilhões.

Nessa esteira, o mais importante para permitir um uso maior do hidrogênio verde é que ele consiga ter uma produção em escala e com custos menores.

Koen Langie afirma que o Brasil tem duas grandes vantagens nesse sentido. A primeira é a parcela elevada de fontes renováveis na matriz elétrica, o que já facilita o uso para gerar hidrogênio verde. A segunda é a grande quantidade de recursos hídricos, tanto água salgada quanto doce, que podem ser usados no processo.

Combinando os dois elementos, o Brasil desponta como um país de grande potencial tanto para a geração para mercado interno quanto externo. A capacidade de exportação é ainda mais favorecida pela proximidade de mercados consumidores potenciais grandes, como Europa e Estados Unidos.

É nesse sentido que Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Porto de Pecém, no Ceará, já planeja ter uma zona dedicada exclusivamente para abrigar fábricas produtoras de hidrogênio.

Eduardo Neves, presidente da ZPE, afirma que a área reúne as condições para "avançar nos estudos e implementação do hidrogênio verde".

"Existe uma capacidade de receber navios, a infraestrutura, com um complexo industrial e portuário de área grande, hoje já temos 14 protocolos assinados com empresas de hidrogênio verde, ficarão na nova área de ZPE e próxima ao porto", DIZ

Segundo ele, "a ideia é que o hidrogênio fique em uma área livre de tributação, e que os tubos já saiam das ZPE direto para o porto para que ele possa ser exportado".

Os principais desafios para viabilizar o projeto são a necessidade de ampliar a oferta de energia renovável disponível, a falta de regulamentação para novas fontes, como as eólicas offshore (no mar), e a infraestrutura de transporte desse hidrogênio.

“Como é uma coisa nova, temos estudado as possibilidades, são 14 empresas trabalhando conosco, mas queremos formar um cluster. O custo disso tudo caiu, o custo das renováveis caiu, e a tendência é continuar caindo devido às novas tecnologias”, afirma.

No momento, porém, os projetos ainda estão “no campo da possibilidade”, e Neves cita um potencial de geração do hidrogênio verde de R$ 200 bilhões em 20 anos. “Precisamos estudar a questão de infraestrutura, onde vai ficar, a tecnologia que vai usar, a energia necessária, mas também depende muito da velocidade das regulações. Internamente, estamos prontos”.

Uma das medidas realizadas para acelerar a adoção do hidrogênio verde no Brasil é uma parceria com o governo da Alemanha. Segundo o diretor de inovação e sustentabilidade da Câmara Brasil-Alemanha de São Paulo, o país tem uma "tradição forte em sustentabilidade, transição energética", e tem estudado a adoção do hidrogênio verde.

"É uma aposta para descarbonizar, mas não consegue no território gerar o suficiente para cobrir a demanda, daí a necessidade dessa cooperação, e aí entra o Brasil como player potencial", afirma.

No momento, a Câmara busca sensibilizar setores sobre o tema, com eventos e levantamentos, para "plantar as sementes no curto prazo. Buscamos ajudar a estabelecer patentes, e é uma agenda positiva do Brasil, em meio a essa preocupação global. A Alemanha e a Europa querem muito, é uma oportunidade".

Koen Langie afirma que a Engie estuda o uso de hidrogênio para gerar energia há 25 anos, mas tem intensificado a realização de projetos. Uma prioridade é não apenas construir áreas produtoras, mas fomentar a criação de toda a cadeia do setor, do transporte às aplicações.

“A maioria está na fase de estudo, mas estamos avaliando para implementar no curto prazo. A meta da Engie é de fazer 4 GW em projetos até 2030, e estou convencido que pelo menos 1 GW poderia ser aqui no Brasil”, diz.

Outra notícia nesse sentido é a Unigel, que investirá até US$ 1,5 bilhão em seu complexo na Bahia para produção do hidrogênio verde. Essa é a primeira instalação do país para o produto em escala industrial.

Além do potencial exportador do Brasil, Langie cita a aplicação nas áreas de mineração e siderurgia, assim como na agricultura. Hoje, o país importa boa parte dos adubos, compostos por amônia, e a produção nacional de hidrogênio permitiria criar uma cadeia de produção no território, barateando custos.

Para ele, até 2030 o público em geral já deve ter contato maior com o hidrogênio, em especial no transporte público e em carros. “Para as empresas vai ser mais fácil de adaptar, e mais necessário, porque vai ser importante ter essa sustentabilidade no negócio. Mesmo que muita gente queira, ainda tem um tempo de adaptação”.

“Hoje há esse desnível competitivo, demanda criatividade de como fechar, uma forma é ter algum suporte governamental, e temos visto isso em outros países. O importante é começar, se não vai ficar no campo teórico, precisamos de projetos, por menores que sejam, para trazer essa tangibilidade para as pessoas”, afirma.

Segundo Furtado, o Cepel já estuda o hidrogênio desde 2003, com uso em células de combustível. Mas foi apenas recentemente que o hidrogênio verde ganhou espaço, pelo interesse da Eletrobras.

“A finalidade é estudar as possibilidades do hidrogênio verde na sua gama de aplicações e como isso afetaria as operações da Eletrobras. A ideia é criar uma planta, uma usina de hidrogênio verde, abastecida com energia renovável, verificando aspectos técnicos e econômicos, as aplicações que seriam interessantes, a escalabilidade, transporte, produção”, diz.

O projeto foi iniciado em 2020, e termina em 2023. Até o momento, os avanços envolveram a formulação de unidades industriais, com a criação de plantas conceituais. Caberá à Eletrobras avaliar, ao fim do projeto, se vale a pena investir na construção dessas plantas.

Ao mesmo tempo, o Cepel vem realizando com a Eletrobras estudos de casos, e já firmou memorandos para pesquisas com a alemã Siemens. “Eles vêm a somar, enquanto analisamos a planta, outras possibilidades de comercialização, aplicação, origem da energia elétrica que será usada”.

A partir de 2030, o pesquisador vê uma “economia do hidrogênio”. “O verde apareceu como um qualificativo, antes nem se falava nas cores do hidrogênio. O Brasil tem grandes perspectivas, potencialidades, para produzir grandes volumes de hidrogênio verde”.

“Mas precisa ter mercado interno, não podemos ser só exportadores. A possibilidade de mercado interno é bem significativa, em especial para descarbonização. Todos os projetos ajudam nisso, são iniciativas importantes, e a área chama atenção. Parece que veio para ficar”.

O que diz o governo?

Segundo o Ministério de Minas e Energia, o governo está realizando no momento a estruturação do Programa Nacional do Hidrogênio (PNH2), que envolve não apenas o hidrogênio verde, mas também os outros tipos.

O uso de hidrogênio também compõe o Plano Nacional de Energia 2050, e a pasta afirma que o hidrogênio verde será abarcado no Plano Decenal de Expansão de Energia 2031, com um capítulo exclusivo.

Em fevereiro de 2021, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) divulgou o documento "Bases para a Consolidação da Estratégia Brasileira do Hidrogênio". Nele, os autores afirmam que é necessário "consolidar e formalizar a estratégia nacional em um plano de ação específico do governo federal neste tema, atualizando as diretrizes e superando os desafios já identificados nos documentos elaborados".

“Na prática, isso significa que o Brasil deve abraçar as oportunidades de desenvolvimento das diversas tecnologias de produção e uso do hidrogênio, inclusive o hidrogênio “verde”, no qual pode ser bastante competitivo”.

O Brasil chegou a elaborar uma estratégia nacional para uso de hidrogênio no Brasil, com quatro etapas, a partir de 2002. Apenas a primeira foi cumprida, de “elaboração de roteiro”.

Os demais períodos, de revisão e formatação de projetos, lançamento de programa governamental e implementação das ações eram previstos para começar a partir de 2010, o que ainda não ocorreu.

No documento, os autores reconhecem que, apesar das barreiras econômicas atuais, o hidrogênio verde é o tipo de hidrogênio com mais potencial, devido à necessidade e interesse na descarbonização global da economia.

Para Claudio Ruggieri, “falta investimento em estudos, pesquisas, para baratear. Um país da dimensão do Brasil, com todos os problemas que temos, precisa necessariamente diversificar a matriz energética, um país que quer crescer precisa de energia, e tornar a matriz mais segura”.

Ele avalia que a adoção do hidrogênio verde em larga escala “é para onde o mundo está indo”, mas que são necessárias pesquisas para baratear custos e desenvolver tecnologias para transporte e armazenamento.

“São pesquisas que demandam investimentos grandes, mas que têm um efeito multiplicador para a sociedade. Se quer viabilizar, precisa acelerar o incentivo à pesquisa”, afirma.

Em abril de 2023, foi criada a Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde, presidida pelo senador Cid Gomes (PDT-CE).

O objetivo é debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do combustível.

Lula chama de 'ameaça' exigências da União Europeia para acordo com o Mercosul

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) classificou nesta sexta-feira (23) como uma "ameaça" as exigências da União Europeia para a finalização do acordo do bloco com o Mercosul.

O petista deu as declarações durante a Cúpula sobre Novo Pacto de Financiamento Global, em Paris, na França. Ele discursou sentado ao lado do presidente francês, Emmanuel Macron. O país europeu tem imposto entraves à conclusão do acordo entre os blocos.

No pronunciamento, Lula se referiu a dispositivos que preveem sanções, consideradas "duras" pelo governo brasileiro, em caso de descumprimento de obrigações por parte dos países participantes.

O acordo entre os dois blocos é negociado desde 1999. Em 2019, foram finalizadas as negociações comerciais e, em 2021, as relacionadas a aspectos políticos e de cooperação.

Desde então, o acordo está em fase de revisão, para ser feita a assinatura, e a política ambiental da gestão Jair Bolsonaro (PL), que resultou na alta do desmatamento, dificultou a negociação.

A União Europeia enviou ao Mercosul um documento com "instrumentos adicionais" a serem acrescentados no acordo. São esses aditivos que Lula classificou como ameaça.

Um deles faz referência à lei aprovada pelo Conselho Europeu, em maio, que proíbe a importação de produtos de áreas desmatadas depois de 2020, além de estabelecer a aplicação de multas.

O Ministério das Relações Exteriores negocia com os demais integrantes do Mercosul a apresentação de uma contraproposta.

Moeda para comércio entre países

No discurso, em que também abordou a desigualdade e a fome, Lula voltou a defender a criação de uma moeda alternativa para que os países envolvidos em uma transação comercial sem a participação dos Estados Unidos não precisem depender do dólar.

Ele citou especificamente as relações comerciais do Brasil com a Argentina e com a China, dois dos maiores parceiros brasileiros no mundo.

"Tem gente que se assusta quando eu falo que é preciso criar novas moedas em novos comércios. Não sei por que o Brasil e a Argentina tem que fazer comércio em dólar, por que a gente não pode fazer nas nossas moedas. Eu não sei por que o Brasil e a China não podem fazer nas nossas moedas, por que que eu tenho que comprar dólar", afirmou o petista.

O estabelecimento de uma moeda comum entre Brasil e Argentina, por exemplo, é criticado por especialistas, que veem na medida a possibilidade de aumento da inflação brasileira, diante das condições econômicas do vizinho.

O presidente brasileiro disse que a discussão sobre o tema está na sua pauta de prioridades. E que isso deverá ser tratado na próxima reunião dos BRICS – grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – prevista para o segundo semestre.

O petista também disse que levará o assunto para o próximo encontro do G20, que reúne os países com economias mais desenvolvidas.

Outros pontos

No discurso, Lula também:

- disse esperar que os demais países visitem o Brasil para participar da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), que será realizada em Belém, no Pará. O encontro está marcado para 2025. "Para que tenham noção do que é realmente Amazônia. Porque muita gente fala, mas pouca gente conhece e é importante que as pessoas falem conhecendo", declarou;
- afirmou que pessoas de má-fé invadem e desmatam a Amazônia para criar gado, plantar soja e fazer garimpo ilegal;
- prometeu zerar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030 e foi aplaudido pelos presentes;

- cobrou maior participação dos países ricos em ações contra as desigualdades sociais, de raça e gênero;
- defendeu um novo desenho do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). "Os membros permanentes não representam mais da realidade política de 2023. Se representaram em 1945, em 2023 é preciso mudar. A ONU precisa voltar a ter representatividade, ter força política", disse;
- pediu aos países mais investimentos nas economias menos desenvolvidas e no combate à fome.

3ª viagem à Europa

Lula está em Paris desde esta quinta-feira (22), após dois dias de agendas em Roma e no Vaticano, onde encontrou o Papa Francisco e os principais líderes políticos da Itália. Esta é a terceira viagem do petista à Europa neste terceiro mandato como presidente.

Na capital francesa, o presidente participou do evento "Power Our Planet", no Campo de Marte, e destacou a importância de preservar a floresta amazônica.

O presidente afirmou que os países que fizeram a revolução industrial, grandes potências da Europa, têm uma "dívida histórica", já que poluíram o planeta.

Para Lula, cabe a esses países financiarem ações de preservação ambiental em nações em desenvolvimento, a exemplo do Brasil.

Por que Bolsonaro ficou inelegível?

Em julgamento no plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) encerrado nesta sexta-feira (30), o ex-presidente Jair Bolsonaro foi condenado, por 5 votos a 2, a oito anos de inelegibilidade, o que significa que o ex-chefe do Executivo só poderá concorrer novamente no pleito de 2030.

Em ação impetrada pelo PDT, o TSE julgou a conduta de Bolsonaro durante reunião realizada com embaixadores, em julho do ano passado, no Palácio da Alvorada, em que ele fez ataques ao sistema eletrônico de votação. Conforme o entendimento firmado pela Corte Eleitoral, o ex-presidente cometeu abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação.

De acordo com o voto do relator do caso no TSE, ministro Benedito Gonçalves, acompanhado por outros quatro magistrados no julgamento do caso de Bolsonaro, o abuso de poder político ocorre quanto agente público usa a estrutura da administração pública para causar interferência em processo eleitoral a favor de determinada candidatura. O uso indevido dos meios de comunicação é caracterizado por exposição desproporcional de um dos candidatos em um pleito, causando desequilíbrio na disputa.

Após ratificada a decisão pelo presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, Bolsonaro afirmou em entrevista que "não está morto" politicamente e que pensa em recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), no qual Moraes também faz parte.

Além do presidente do tribunal, votaram para impedir o ex-presidente de concorrer nas próximas eleições o relator, Benedito Gonçalves, e os ministros Floriano de Azevedo Marques, André Ramos Tavares e Cármen Lúcia. Divergiram Raul Araújo e Kássio Nunes Marques.

Apesar de ter sido condenado a um período de inelegibilidade de oito anos, Bolsonaro estará livre para concorrer às eleições de 2030. Isso ocorre por uma diferença de quatro dias no calendário eleitoral: a restrição começa a contar na data da eleição de 2022, ocorrida em 2 de outubro; em 2030, o primeiro domingo do mês será no dia 6.

Reunião com embaixadores

Em julho do ano passado, o então presidente Bolsonaro reuniu-se com 72 embaixadores estrangeiros no Palácio da Alvorada. Além de chefes de missões diplomáticas, ministros do primeiro escalão do governo federal estiveram presentes.

No encontro, **Bolsonaro afirmou que houve manipulação nos resultados na eleição de 2018, o que foi rebatido por autoridades do Judiciário**. O ex-presidente mostrou denúncia feita por um suposto hacker que teria obtido acesso a código fonte e senhas de autoridades do TSE. A corte eleitoral havia se manifestado, na ocasião, destacando que a investigação não concluiu que houve fraude nas eleições de 2018.

Aos embaixadores, Bolsonaro disse que o que apresentou estava documentado e expôs um compilado de declarações de ministros e trechos fora do contexto da apuração da Polícia Federal (PF).

O julgamento

O júri, que iniciou no dia 22 de junho e ocupou quatro sessões do TSE, decidiu por 5 votos a 2 pela condenação do ex-presidente.

De acordo com o voto do relator da ação, ministro Benedito Gonçalves, pela parcial procedência da ação ajuizada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), houve responsabilidade direta e pessoal de Bolsonaro ao praticar "conduta ilícita em benefício de sua candidatura à reeleição". O ministro excluiu o então candidato à vice-presidência Walter Braga Netto da sanção de inelegibilidade em razão de não ter sido demonstrada sua responsabilidade.

— O Tribunal Superior Eleitoral se manterá firme em seu dever de, como órgão de cúpula da governança eleitoral, transmitir informações verídicas e atuar para conter o perigoso alastramento da desinformação que visa desacreditar o próprio regime democrático — declarou Benedito, em seu voto.

Responsável pelo voto final do julgamento, o presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, argumentou que o evento de Bolsonaro com embaixadores não teve caráter oficial, mas foi pautado com objetivo pessoal do ex-presidente, que seria influenciar os eleitores para que desconfiassem do sistema eleitoral brasileiro.

— De oficial (na reunião com embaixadores), só o desvio de finalidade praticado pelo então Presidente da República, porque o Itamaraty não organizou, não foi avisado e não participou, a Casa Civil da mesma forma, a Secretaria de Assuntos Estratégicos também não participou. Algo eleitoreiro, um monólogo eleitoreiro — pontuou.

O presidente do TSE destacou ainda que Bolsonaro teve oportunidade de apresentar provas das alegadas fraudes nas urnas, mas que não o fez porque "elas não existem":

— Um presidente da República que ataca a lisura do processo eleitoral que o elege há 40 anos, isso não é exercício de liberdade de expressão, isso é conduta vedada. E ao fazer isso utilizando-se do cargo de Presidente da República, do dinheiro público, da estrutura do Palácio da Alvorada, da TV pública, é abuso de poder. E ao preparar tudo isso para imediatamente bombardear o eleitorado via redes sociais: uso indevido dos meios de comunicação.

"Isso não é democracia"

Em Belo Horizonte, Bolsonaro afirmou que "não está morto" politicamente e que pensa em recorrer ao Supremo. À imprensa, o ex-presidente disse ainda que o Brasil está em "caminho bastante avançado" para se tornar uma ditadura, ainda que a decisão judicial tenha sido tomada de forma colegiada.

— Isso não é democracia — disparou, após a condenação.

O ex-chefe do Executivo defendeu que foi condenado "pelo conjunto da obra" e que o TSE trabalhou contra ele inclusive durante o processo eleitoral.

— Acredito que hoje tenha sido a primeira condenação por abuso de poder político (...) Foi uma condenação sem crime de corrupção, mas tudo bem — seguiu.

Senado aprova indicação de Cristiano Zanin para o STF

O plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (21) por 58 votos favoráveis e 18 contrários a indicação do advogado Cristiano Zanin para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Futuro novo ministro indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar a vaga deixada por Ricardo Lewandowski, Zanin foi aprovado pelos congressistas após quase oito horas de sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Ao abrir a sabatina, Cristiano Zanin falou por 26 minutos para se apresentar aos parlamentares. Na ocasião, disse que se sente seguro e com a experiência necessária para atuar no STF e julgar temas relevantes e de extremo impacto à sociedade.

“Sempre nas minhas atuações no Direito segui as premissas análogas a de um juiz, ao me manter em equilíbrio emocional e intelectual, mesmo nas horas de grandes desafios, ter senso de justiça sem nunca desacreditar nas leis e nas instituições brasileiras e seguir com independência de atuação para garantir justiça num país com pilares democráticos sólidos, como é o Brasil”.

Em um breve resumo da própria carreira, citou os escritórios em que trabalhou e concluiu que se considera “um defensor fervoroso da Constituição brasileira e um crítico atento às violações de direitos e garantias fundamentais”. Lembrou também que, nos 25 anos como advogado, liderou mais de cem processos julgados no STF e mais de 550 julgados no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Lula eleva para R$ 600 mínimo que bancos não podem tomar de superendividados

O presidente Lula (PT) decidiu nesta segunda-feira (19) elevar o mínimo existencial de R$ 303 para R$ 600. Este é o valor da renda mensal que os bancos não podem tomar de superendividados.

"Assinei hoje a ampliação do valor do mínimo existencial para R$ 600, uma medida que aumenta a fatia da renda que não pode ser cobrada no crédito consignado ou bloqueada pelas instituições financeiras em caso de superendividamento", anunciou o petista pelas redes sociais.

O conceito do mínimo foi introduzido no Código de Defesa do Consumidor pela legislação dos superendividados aprovada em 2021.

Na prática, um indivíduo endividado que solicite uma audiência conciliatória para fazer uma nova proposta de pagamento das suas dívidas tem a garantia de que pelo menos R$ 600 não serão comprometidos e poderão ser utilizados para subsistência.

Segundo o presidente, "essa iniciativa faz parte de uma série de esforços do governo para garantir crédito e condições de consumo para o povo brasileiro, contribuindo para o aquecimento da economia".

Cálculos do Ministério da Fazenda na elaboração da medida previam que a medida pode atingir 14 milhões de brasileiros (5 milhões a mais do que atualmente), que terão direito a pleitear um procedimento especial de repactuação de dívidas com a União.

Segundo estimativas preliminares, o saldo sujeito a renegociação cresceria cerca de R$ 30 bilhões, passando de R$ 235 bilhões para R$ 266 bilhões. O valor de R$ 600 para o mínimo existencial foi definido pela Fazenda em conjunto com o Ministério da Justiça para equipará-lo ao piso do programa Bolsa Família.

Ano passado, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) editou um decreto para regulamentar o mínimo existencial e estabeleceu que a quantia mínima que uma pessoa precisa para pagar despesas básicas é um quarto do salário mínimo, o que equivale a R$ 303.

Na época, o MPF (Ministério Público Federal) divulgou nota técnica em que contesta o valor. O texto dizia que a Lei do Superendividamento deveria servir para preservar os direitos do consumidor, mas que, da maneira como foi regulamentada por Bolsonaro, não garantia renda suficiente para os compromissos domésticos básicos e amplia as possibilidades de endividamento da população mais vulnerável.

Sancionada lei que recria o programa Bolsa Família

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 14.601/23, que recriou o programa Bolsa Família. A norma teve origem na Medida Provisória 1164/23, aprovada pela Câmara no final de maio e pelo Senado no início de junho. O texto foi publicado no Diário Oficial da União nesta terça-feira (20).

Segundo a lei, a família beneficiada recebe R$ 142 para cada integrante pelo Benefício de Renda e Cidadania. Se mesmo assim a soma dos benefícios na família for inferior a R$ 600, ela recebe um benefício complementar para garantir que a renda chegue a esse valor mensal.

Além disso, família com menores de sete anos de idade tem direito a R$ 150 para cada criança. O programa também dá R$ 50 para cada familiar que tenha entre 7 e 18 anos incompletos ou que seja gestante ou lactante. Essas complementações são chamadas de Benefício Primeira Infância e Benefício Variável Familiar.

Beneficiários

Possuem direito ao programa as famílias cuja renda per capita seja igual ou inferior a R$ 218 mensais e que estejam inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Caso a família aumente sua renda de modo que não mais se enquadre no programa, ainda receberá metade do valor, desde que a renda per capita da casa não seja maior que meio salário mínimo, o equivalente hoje a R$ 660.

Segundo o governo, para calcular essa renda média não são levados em conta os benefícios de caráter eventual, temporário ou sazonal recebidos dos governos federal, estadual ou municipal. Também não entram no cálculo as indenizações por danos morais ou materiais e os valores de outros programas de transferência de renda de natureza assistencial. Entretanto, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) entra como renda familiar.

Consignado e Auxílio Gás

O texto sancionado mantém o crédito consignado para quem recebe o BPC, que continua a poder autorizar o desconto de empréstimos diretamente na folha de pagamento do INSS, com máximo de 35% de desconto.

A lei também assegura o complemento aos beneficiários do programa Auxílio Gás. O benefício equivale a metade do valor médio do botijão de gás. O auxílio normal é de igual valor. O complemento será depositado a cada dois meses. Ao todo, a família irá receber o valor equivalente à média de um botijão de 13 quilos.

Condições

Para poderem receber e continuar com direito à Bolsa Família, devem ser cumpridas condicionalidades relativas a:

- realização de pré-natal;
- cumprimento do calendário nacional de vacinação;
- acompanhamento do estado nutricional para crianças com até sete anos incompletos;
- frequência escolar mínima de 65% para crianças de 4 a 6 anos incompletos; e
- frequência escolar mínima de 75% para beneficiários com idade de 6 a 18 anos incompletos que não tenham concluído a educação básica.

A rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social ([Suas) pode atender ou acompanhar as famílias beneficiárias em situação de descumprimento das condicionalidades a fim de ajudá-las a superar gradativamente suas vulnerabilidades.

Benefícios extintos

A nova versão do Bolsa Família substitui o programa Auxílio Brasil. Com a extinção dos benefícios do Auxílio Brasil, três parcelas específicas continuam a ser pagas para quem já recebia até que se complete o total de 12 parcelas mensais.

Esse é o caso do Auxílio Esporte Escolar e da Bolsa de Iniciação Científica Júnior, pensada para estudantes que se destacam, respectivamente, em competições oficiais dos jogos escolares ou em competições acadêmicas e científicas de abrangência nacional voltadas a temas da educação básica. Também continua a ser pago o Auxílio Inclusão Produtiva Rural, no valor de R$ 200 mensais por família, a agricultores familiares que doem alimentos em valor equivalente a 10% desse valor.

Controle

O controle social do programa Bolsa Família cabe ao conselho de assistência social no âmbito local, em conjunto com a Rede Federal de Fiscalização do programa e do CadÚnico. A rede é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Pagamentos

O pagamento dos benefícios é feito ao responsável familiar constante no CadÚnico e preferencialmente à mulher.

O processamento dos pagamentos continua a cargo da Caixa Econômica Federal, que pode subcontratar, com anuência do ministério, bancos públicos ou privados para apoiar a execução do pagamento. Se o subcontratado for banco público, é dispensada a licitação; e, entre as instituições privadas, incluem-se as instituições de pagamento.

Desenrola: veja regras e como participar do programa para renegociar dívida

O governo federal publicou nesta quarta-feira (28) as regras do Desenrola Brasil, o programa para renegociar dívidas de até R$ 5.000 de pessoas físicas. O Desenrola será dividido em duas faixas, e débitos de até R$ 100 devem ser perdoados já nos próximos 30 dias.

Veja abaixo as regras e como participar.

❑ Faixa 1

Quem se enquadra na faixa 1 do Desenrola? Pessoas com renda mensal de até dois salários mínimos (R$ 2.640) ou inscritas no CadÚnico.

Quais dívidas podem ser renegociadas? Na faixa 1, o programa abrange dívidas de até R$ 5.000 contraídas de 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2022. Débitos oriundos de empréstimos consignados também estão inclusos.

Quais dívidas não entram na faixa 1? Não podem ser renegociadas as dívidas que tenham garantia real ou relacionadas a crédito rural, financiamento de imóveis e operações com funding ou risco de terceiros.

❑ Faixa 2

Quem se enquadra na faixa 2 do Desenrola? Pessoas com renda mensal de até R$ 20 mil.

Quais dívidas podem ser renegociadas? Na faixa 2, programa atende dívidas contraídas até 31 de dezembro de 2022 e que continuam ativas. Os devedores terão prazo mínimo de 12 meses para quitar os valores.

Quais dívidas não entram na faixa 2? Não podem ser renegociadas as dívidas relacionadas a crédito rural; que tenham garantia da União ou de alguma entidade pública; não tenham risco de ser assumidas por agentes financeiros; tenham qualquer tipo de previsão de aporte de recursos públicos; ou tenham qualquer equalização de juros por parte do governo.

Como vai funcionar

Renegociação de dívidas será feita totalmente pela internet. Para o público da faixa 1, será necessário ter uma conta gov.br nível prata ou ouro (saiba como fazer) para acessar a plataforma oficial do Desenrola. Já as negociações na faixa 2 serão feitas diretamente entre bancos e clientes, por meio de canais próprios.

Após cadastro de devedores, credores vão complementar informações. Caberá aos credores validar os dados das dívidas inscritas na plataforma do Desenrola. As empresas devem indicar o saldo devedor atualizado em 31 de maio de 2023, o CPF do inadimplente e se há operações que não se enquadram no programa.

Empresas devem oferecer descontos para os devedores. O governo vai organizar um leilão online para determinar o tamanho dos descontos. As empresas que oferecerem as maiores reduções poderão aderir ao Desenrola. Mais informações sobre o leilão serão divulgadas "em momento oportuno", segundo o governo.

Devedores poderão consultar as dívidas que se enquadram no programa. O site do Desenrola vai disponibilizar a lista de débitos passíveis de renegociação, além do desconto oferecido pelos credores e a situação de cada uma das dívidas.

Condições de pagamento

Dívidas da faixa 1 poderão ser parceladas em até 60 vezes. As parcelas devem ser de, no mínimo, R$ 50, com juros de até 1,99% ao mês. As condições de financiamento na faixa 2 devem ser negociadas entre bancos e clientes.

Dívidas também poderão ser pagas à vista na plataforma do Desenrola. Já as parcelas dos financiamentos poderão ser quitadas por meio de débito em conta corrente, boleto bancário ou Pix.

Devedor poderá simular os valores da renegociação. A simulação estará disponível na plataforma do Desenrola, considerando as informações registradas pelo próprio devedor.

Custos extras

Operações feitas pelo Desenrola serão isentas de IOF nas faixas 1 e 2. Mas bancos e instituições financeiras cobrarão uma tarifa de ressarcimento das empresas credoras quando houver a contratação de um financiamento bancário por parte do devedor.

Plataforma do Desenrola cobrará tarifa dos credores. Essa tarifa para as empresas — cujo valor não foi divulgado — será retida pelos bancos e pelo Desenrola. Desta forma, quando a dívida foi renegociada e paga, o credor receberá o valor líquido, já deduzido dos custos.

Empresas que aderirem à faixa 2 receberão incentivos do governo. Bancos e instituições financeiras que renegociarem dívidas de clientes receberão apoio para aumentar a oferta de crédito.

Perdão de dívidas

Bancos serão obrigados a perdoar dívidas de até R$ 100. Os credores que quiserem participar do Desenrola terão até 30 dias, a partir de hoje, para perdoar todas as dívidas de até R$ 100. Segundo o Ministério da Fazenda, a regra vai contemplar 1,5 milhão de brasileiros.

Varejistas e companhias de água e luz, por exemplo, não são obrigadas a perdoar dívidas. Isso porque o perdão das dívidas é exigido apenas de bancos e instituições financeiras com volume de captações superior a R$ 30 bilhões.

Senado aprova MP do Minha Casa Minha Vida; texto vai à sanção

O Senado aprovou nesta terça-feira (13) a **medida provisória (MP) que cria o novo Minha Casa Minha Vida**. Como os senadores mantiveram o conteúdo do projeto aprovado pela Câmara, **o texto seguirá para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.**

A medida provisória já estava em vigor desde fevereiro, quando foi publicada. MPs têm força de lei assim que são editadas, mas, para virarem uma legislação permanente, precisam do aval do Congresso no prazo de 120 dias. O texto venceria nesta quarta (14) se não tivesse sido analisado.

O governo, quando publicou a MP, explicou que a proposta moderniza o programa habitacional e prioriza o grupo de famílias da Faixa 1: que vivem em área urbana, com renda bruta mensal de até R$ 2.640, e as que moram em área rural, com renda anual de até R$ 31.680. O objetivo inicial do Executivo é contratar 2 milhões de obras até 2026.

São contempladas pelo programa:

- em áreas urbanas: famílias com renda bruta mensal de até R$ 8 mil;
- em áreas rurais: famílias com renda bruta anual de até 96 mil.

A MP aprovada diz que, para o cálculo da renda, não serão considerados benefícios sociais, como auxílio-doença, auxílio-acidente, seguro-desemprego, Benefício de Prestação Continuada (BPC), e Bolsa Família.

As principais ações do programa serão:

- pagamento total ou de parte do valor da construção de casas;
- financiamento de imóveis novos ou usados;
- aluguel social, mais barato, de casas em áreas urbanas;
- reforma de imóveis inutilizados nas grandes cidades;
- reajuste no valor de obras já iniciadas;
- incentivo à construção de unidades próximas a grandes centros urbanos.

A proposta descentraliza as operações do programa, hoje concentradas na Caixa Econômica Federal.

Para atender famílias da Faixa 1, residentes em municípios com população igual ou inferior a 80 mil habitantes, o texto prevê, por exemplo, a habilitação de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central, inclusive bancos digitais, sociedades de crédito direto, cooperativas de crédito, órgãos federais, estaduais e municipais.

Para participar da oferta pública, as instituições e agentes financeiros deverão comprovar que possuem pessoal técnico especializado, próprio ou terceirizado; nas áreas de engenharia civil, arquitetura, economia, administração, ciências sociais, serviço social e jurídico.

De acordo com o governo, baseado em estudo preliminar do Ipea de 2022, há 281 mil pessoas em situação de rua; déficit habitacional de 5,9 milhões de domicílios (2019) e outros 24,8 milhões com inadequação.

Conforme o texto, a União, por meio do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, é obrigada a repassar a estados e municípios no mínimo 5% do total de recursos do programa destinados a reformas para financiar:

- retomada de obras paradas;
- obras de revitalização;
- obras em municípios de até 50 mil habitantes.

13 de junho de 2013: a noite que durou 10 anos

Durante as jornadas que fizeram o Brasil explodir em protestos em 2013, a noite de 13 de junho ficou marcada como um grande ponto de inflexão.

A reação violenta da polícia durante o ato em São Paulo, que terminou com mais de 100 feridos, inflamou a população e massificou as manifestações em todo o Brasil.

Ao mesmo tempo em que o movimento cresceu, ele se transformou: a pauta passou da **oposição ao aumento de R$ 0,20 na passagem de ônibus** à insatisfação generalizada com os gastos para a Copa do Mundo de 2014, as denúncias de corrupção na política e o governo da então presidente Dilma Rousseff (PT).

E o **mês de junho mudou o país para sempre**.

Segundo especialistas em segurança pública e direitos humanos ouvidos pela BBC News Brasil, as ações tomadas pelas forças de segurança naquele dia 13 também influenciaram o modo de agir da polícia brasileira e "sistematizaram" a repressão policial a movimentos sociais nos últimos 10 anos.

Noite de violência e repressão

As primeiras manifestações das chamadas "Jornadas de Junho" ocorreram no dia 3 na Estrada do M'Boi Mirim, periferia de São Paulo, logo após o reajuste das tarifas do transporte público em São Paulo e Rio de Janeiro.

Os primeiros atos foram pequenos, mas já estiveram marcados pela presença forte das forças de segurança.

A resposta se tornou mais violenta depois de 6 e 7 de junho, quando foram registrados os primeiros grandes casos de depredação em estações de metrô e estabelecimentos públicos em São Paulo e confrontos no Rio de Janeiro.

O terceiro grande protesto na região central paulistana, em 11 de junho, atraiu 5 mil pessoas e foi marcado pelo uso de coquetéis molotov, paus e pedras por manifestantes encapuzados e desgarrados da massa principal contra agentes de segurança da Tropa de Choque da Polícia Militar.

A Polícia sempre negou qualquer exagero nas reações e afirmou usar a força de forma proporcional à necessidade para conter a violência.

No dia seguinte, o termo "black blocs" começa a aparecer na imprensa para descrever o grupo, ao lado de cobranças por uma ação mais enfática das forças de segurança para coibir o vandalismo.

O ato seguinte em São Paulo é o de 13 de junho. Um grande movimento de convocação é organizado pelas redes sociais e os manifestantes se concentram na região da Praça Ramos de Azevedo e do Theatro Municipal, no centro da cidade, no final da tarde.

O ato não tem uma liderança clara, mas naquele momento a organização estava ligada principalmente ao braço paulistano do **Movimento Passe Livre (MPL)**, lançado em 2005 no Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

Antes mesmo da marcha começar, PMs revistam todos que se dirigem à área.

Pessoas que carregavam vinagre – usado para supostamente aliviar os efeitos do gás lacrimogêneo nos olhos – são presas, incluindo um jornalista.

O protesto começou sem registros de ocorrências graves, mas quando os manifestantes foram impedidos de seguir até a Avenida Paulista começou o confronto.

Segundo a PM, o acordo era para que os manifestantes não subissem em direção à grande avenida, o que não foi cumprido.

As lideranças do movimento e os comandantes da polícia tentavam chegar a um acordo quando a violência se espalhou.

As forças de segurança usaram bombas de efeito moral e balas de borracha contra os ativistas, que responderam atirando objetos e rojões, pichando ônibus e incendiando restos de lixo.

Segundo relatos, a repressão atingiu não só os manifestantes mais violentos, mas também jornalistas, pedestres e motoristas que trafegavam na região. Lojas e restaurantes nas redondezas do ato ainda fecharam as portas mais cedo por medo de vandalismo.

Durante o conflito na região da Rua da Consolação, muitos manifestantes se dispersam pelas ruas dos bairros de Cerqueira César e Consolação na tentativa de chegar até a Paulista, bloqueada pela polícia. Grupos fazem barricadas e incendeiam objetos nas ruas Fernando de Albuquerque e Rego Freitas.

Mais para o fim da noite, a Paulista é liberada para carros e alguns manifestantes remanescentes conseguem chegar ao vão do Masp (Museu de Arte de São Paulo), de onde são retirados à base de golpes de cassetete pela PM.

Um pequeno grupo tenta iniciar uma passeata pela calçada, a uma quadra do museu, pedindo o "fim da violência", que também é reprimida.

A noite termina com um total de 232 pessoas presas. Pelo menos 17 profissionais da imprensa ficaram feridos, entre eles o fotógrafo Sergio Silva, que perdeu a visão do olho esquerdo.

Ele afirma ter sido alvejado por uma bala de borracha, disparada por um policial militar - no início deste ano, a Justiça negou indenização ao jornalista, afirmando que não há provas, no processo, de que a lesão foi causada pela PM.

Na manhã seguinte, o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, defende a ação da polícia e chama os manifestantes de "baderneiros e vândalos".

'Ponto de inflexão'

Ao invés de dissuadir a participação nos protestos seguintes, a violenta repressão da polícia em 13 de junho acaba por alimentar a indignação popular e incentivar a participação nos atos.

Segundo o Datafolha, 6.500 pessoas foram à rua em São Paulo em 13 de junho. No dia 17, já eram 65.000. As manifestações que já ocorriam em outras cidades do Brasil, como Rio de Janeiro e Porto Alegre, também ganharam impulso, com novas reivindicações.

Após semanas de protestos, parte das capitais, inclusive São Paulo, anunciou a redução das tarifas. Na sequência, Dilma Rousseff fez pronunciamento na TV prometendo "pacto" com governadores e prefeitos para atender às demandas.

Com isso, a tensão diminuiu, mas um levantamento do Datafolha de julho de 2013 mostrava a ascensão da insatisfação popular: a porcentagem dos brasileiros que avaliavam o governo de Dilma como "bom ou ótimo" passou de 57% para 30% em três semanas.

"Reprimir, rezam estudiosos de movimentos sociais, ou dizima atos ou os inflama, atraindo solidariedade de mídia e cidadãos não mobilizados. Em 13 de junho, teve o segundo efeito", afirma a socióloga e professora da Universidade de São Paulo (USP) Angela Alonso em artigo publicado na revista Novos Estudos.

Segundo ela, a resposta ao ato dos então prefeito e governador de São Paulo, Fernando Haddad e Geraldo Alckmin, que em um primeiro momento decidiram manter o valor da tarifa do transporte público, também atraiu mais participação no movimento.

"Interpretaram mal a conjuntura, que os pegaria de rebote. A mobilização mudava de escala."

"É inegável que o dia 13 destravou uma discussão que se espalhou pelo país todo. Talvez tenha sido assim justamente porque houve uma triangulação entre os manifestantes, a violência da polícia e a resposta da imprensa, que em um primeiro momento condenou os protestos, mas depois passou a criticar a repressão", diz Acácio Augusto, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Para o sociólogo Breno Bringel, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), 13 de junho foi um "dia chave" para as Jornadas de Junho.

"Foi um ponto de inflexão, pois a partir da onda de indignação e solidariedade gerada pela repressão os protestos se difundiram para outras cidades com mais força e mais pessoas aderiram ao movimento, inclusive pessoas que não estavam acostumadas a sair às ruas", diz.

A partir daí, segundo Bringel, a explosão de manifestações permitiu "uma grande abertura societária do Brasil" que levou a fortes críticas ao sistema político tradicional, ao PT - que estava no governo federal na época - e aos políticos que estavam no poder naquele momento.

"Foi uma oportunidade para se repensar os rumos do país, só não se sabia na época quais seriam esses rumos.

Nos anos seguintes a 2013, o Brasil viveu o ápice da operação Lava Jato, impeachment da presidente Dilma Rousseff, ascensão de uma direita radical, eleição presidencial de Jair Bolsonaro e o fortalecimento de movimentos antidemocráticos que culminaram na invasão e depredação das sedes dos Três Poderes em janeiro.

No meio tempo, Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado, preso, solto, recuperou seus direitos políticos e foi eleito pela terceira vez para comandar o país.

Acadêmicos que pesquisam os protestos e seus desdobramentos afirmam não ser possível traçar uma linearidade causal entre todos esses eventos, como se o turbilhão que tomou as ruas há dez anos tivesse, por exemplo, gestado a nova direita brasileira, causando assim a derrubada do governo petista e abrindo caminho para o bolsonarismo.

Por outro lado, **apontam junho como um momento de inflexão na história, em que uma série de insatisfações e movimentos de reivindicações que vinham fermentando nos anos anteriores eclodiram e ganharam visibilidade.**

"Os legados de junho de 2013 foram apropriados por atores mais à direita e levaram a um fortalecimento na sociedade, cultura e política de agentes que posteriormente construíram o processo de impeachment (contra Dilma Rousseff)", explica Bringel.

"Mas também não podemos dizer que os protestos foram os grandes responsáveis pela criação do bolsonarismo, por exemplo. Outros muitos fatores influenciaram esse fenômeno."

Para o sociólogo Marcos Rolim, professor universitário e membro fundador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), muito possivelmente "não teríamos as Jornadas de Junho, com a dimensão que as manifestações tomaram em todo o país, sem a violência despropositada da PM de São Paulo" em 13 de junho.

Segundo o especialista, o descontentamento popular com a ausência de serviços públicos de qualidade iria emergir de um modo ou de outro, mas muito provavelmente não teríamos tido protestos tão amplos não fosse a resposta violenta das forças de segurança e do Estado.

"Esse episódio deixou algumas lições e penso que a primeira delas é a de que intervenções policiais violentas contra as manifestações populares costumam fortalecer os movimentos, porque despertam um sentimento de injustiça em segmentos até então não mobilizados e porque as imagens da repressão tendem a alterar a opinião pública, agregando simpatia às vítimas e as suas causas", diz.

'Sistematização da repressão'

A forma como as forças de segurança reagiram aos protestos do dia 13 de junho também estabeleceu padrões para a ação da polícia nos últimos 10 anos, diz Acácio Augusto, que coordena o Laboratório de Análise em Segurança Internacional e Tecnologias de Monitoramento da Unifesp.

Segundo o pesquisador, os agentes de várias cidades do Brasil já vinham recebendo treinamentos especiais baseados em conhecimentos estrangeiros há algum tempo, como forma de preparação para os megaeventos esportivos sediados pelo país, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas do Rio em 2016.

"Mas foi só a partir de junho, e especialmente do dia 13, que a polícia colocou esse treinamento para funcionar", diz. "Depois disso a violência da polícia só aumentou e se sistematizou."

Augusto explica que algumas técnicas de repressão e resposta a protestos foram experimentadas pela primeira vez naquela noite e depois passaram a ser usadas com frequência não só pela polícia em São Paulo, como em outras cidades.

É o caso da tática conhecida como Chaleira de Hamburgo, que consiste no isolamento de uma parte dos manifestantes com cordão policial, ou do uso do que a imprensa apelidou de "Tropa do Braço", um grupo de mais de 100 policiais especializados em artes-marciais, principalmente jiu-jitsu.

Esse mesmo tipo de tática seria empregado, de acordo com Augusto, para manifestações semelhantes nos anos seguintes, como os protestos dos secundaristas contra a reorganização escolar, em São Paulo, em 2016

"A partir daí a polícia passa a ser sistematicamente mais violenta, não só em manifestações populares mas também em outras ações. De 2013 para cá o que não faltam são casos de pessoas sufocadas, imobilizadas com golpes de arte marcial."

Segundo o pesquisador, o estoque de equipamentos usados pela polícia também cresce a partir daquele momento, com a compra de novos e mais modernos tipos de bala de borracha e gás lacrimogêneo.

E se em um primeiro momento a repressão agressiva produziu mais agitação social que massificou os atos em todo o Brasil, a longo prazo desmobilizou e enfraqueceu alguns ativistas e movimentos sociais, segundo os especialistas ouvidos pela BBC News Brasil.

"A polarização decorrente de Junho de 2013 tirou da cena política alguns dos movimentos sociais mais críticos e autônomos que atuaram nos atos", afirma Breno Bringel.

Segundo o especialista, muitos ativistas ficaram traumatizados ou impossibilitados de continuar seu trabalho por conta de processos criminais decorrentes de suas ações nos protestos.

"No médio prazo, a repressão levou a uma desmobilização principalmente de ativistas mais ligados à esquerda. Eles foram as principais vítimas."

Para Marcos Rolim, a repressão aos protestos se deu também por meio de novas estratégias de investigação mobilizadas pelas polícias civis para enquadrar pessoas que participavam dos protestos e pela produção legislativa da época que ofereceu ao Estado um novo repertório de persecução criminal.

"Esse é, particularmente o caso, da Lei 12.850 de agosto de 2013, sancionada pela presidenta Dilma, a chamada 'Lei das Organizações Criminosas'", diz o sociólogo.

"Essas novas estratégias repressivas passaram a colocar aos movimentos sociais novos desafios para a proteção dos seus membros, o que inclui, entre outros temas, formas inovadoras para o uso de recursos de comunicação e articulação online e mecanismos legítimos de autodefesa."

Acácio Augusto afirma ainda que, em última instância, também é possível traçar uma relação entre a reação às manifestações de 2013 e a Lei Antiterrorismo de 2016.

"O efeito do dia 13 no aparato securitário no Brasil é muito significativo e se arrasta até a criação da legislação", diz.

"A relação não é oficial, já que a principal impulsionadora da lei foi a ideia de que o Brasil precisava se tornar mais seguro para receber grandes eventos internacionais. Mas as manifestações certamente criaram uma narrativa favorável."

Afegãos serão transferidos do aeroporto para Praia Grande

O Ministério da Justiça e Segurança Pública informou nesta sexta-feira (30) que os afegãos que estão vivendo atualmente no Aeroporto Internacional de Guarulhos estão sendo transferidos para a cidade de Praia Grande, no litoral paulista.

Segundo o ministério, cerca de 150 imigrantes serão levados ainda nesta sexta-feira para as dependências da colônia de férias do Sindicato dos Químicos de Praia Grande. A ação é emergencial e acontece em parceria com o governo de São Paulo, prefeituras de Praia Grande e de Guarulhos, Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), Cáritas e entidades da sociedade civil.

"Estão sendo organizados, junto com a sociedade civil, planos para que as famílias depois sejam levadas para um local mais adequado e com mais oportunidades de inserção social. Além disso, novos locais de acolhimento estão sendo preparados para os futuros fluxos de refugiados", informou Augusto de Arruda Botelho, secretário Nacional de Justiça.

Na quarta-feira (28), o ministério enviou uma equipe de servidores ao local para que as primeiras estratégias fossem traçadas.

Na quinta-feira (29), o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, já havia adiantado a informação de que os afegãos acampados no Aeroporto Internacional de Guarulhos iriam para hotéis, de forma emergencial.

"Nossa preocupação é garantir condições adequadas para o enfrentamento dessa crise derivada da imigração, sobretudo de afegãos. Nós definimos uma ação emergencial do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Essas pessoas vão ter a possibilidade de serem adequadamente acolhidas em hotéis não só em Guarulhos, mas em outras cidades, até que se estruture uma política definitiva para dar conta desse grave problema", disse o ministro.

Por meio de nota, a deputada federal Juliana Cardoso (PT) informou que 124 refugiados afegãos estão indo para essa colônia de férias na Praia Grande. “Trata-se de um encaminhamento com estadia emergencial até que se estruture uma ação conjunta para acolher de fato os imigrantes, que têm vistos humanitários e não estão em situação irregular no país”.

Também por meio de nota, o Ministério Público Federal (MPF) disse estar empenhado na coordenação dos esforços articulados entre diversas instituições, órgãos públicos e entidades da sociedade civil “para garantir condições dignas aos refugiados afegãos que vêm desembarcando no Aeroporto de Guarulhos”.

“Os esforços humanitários agora estão focados nos refugiados afegãos alocados em situação indigna no saguão do aeroporto, acometidos de sarna humana”, disse Guilherme Rocha Göpfert, procurador da República. “O passo seguinte será assegurar que os milhares de afegãos que estão por chegar ao Brasil não passem pela mesma situação. Estamos confiantes que vamos ter bons resultados”, acrescentou.

Nesta quinta-feira, o ouvidor nacional de Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Bruno Renato Teixeira, esteve no Aeroporto de Guarulhos, após participar de uma reunião com diversos órgãos.

“Discutimos, em conjunto, as soluções emergenciais que precisam ser dadas em razão da grave crise humanitária que atinge os nossos irmãos afegãos aqui no Aeroporto de Guarulhos. É fundamental que a resposta venha rápido e que a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos se faça presente na perspectiva de garantir os direitos humanos para essas pessoas”, disse.

Histórico

Desde 2021, quando os radicais do Talibã assumiram o poder, milhões de afegãos tem deixado o país para fugir de um regime que viola seus direitos. O Brasil, por exemplo, passou a se tornar destino de parte desses afegãos quando foi publicada uma portaria interministerial, em setembro de 2021, autorizando o visto temporário e a residência por razões humanitárias. Desde então, eles começaram a desembarcar no Brasil mas, sem conseguirem acesso a uma política pública de acolhimento, ficavam desamparados e passaram a viver dentro do aeroporto.

Na semana passada, voluntários identificaram um surto de sarna entre os afegãos que estão vivendo no aeroporto e comunicaram as autoridades competentes sobre o caso.

Segundo o Ministério da Justiça, de setembro de 2021 e abril deste ano, 11.356 vistos humanitários foram autorizados para os afegãos. Desses, 7.517 já foram emitidos. Além disso, 2.942 autorizações de residência foram concedidas e 603 refugiados reconhecidos.

Presidente Lula sanciona com vetos a Lei Geral do Esporte

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, nesta quarta-feira (14), a Lei Geral do Esporte.

O texto foi aprovado pelo Congresso Nacional no mês passado e regulamenta a prática desportiva no país em um único texto legislativo. Com isso, a LGE reúne agora toda a legislação relacionada à área esportiva, como a Lei Pelé, o Estatuto do Torcedor, a Lei de Incentivo ao Esporte e a Lei da Bolsa Atleta.

"A Lei Geral do Esporte estabelece o Sistema Nacional do Esporte, que é uma construção de décadas, de conferência nacionais. É um texto que está tramitando no congresso há mais de seis anos. Era uma grande expectativa para o setor, o texto estabelece uma estrutura formalizada, institucionalizada do esporte, com responsabilidades da União, dos estados, dos municípios", disse a ministra do Esporte, Ana Moser.

Vetos

Um dos pontos mais polêmicos do texto, que havia sido aprovado no Congresso, e que trata sobre a cláusula compensatória de atletas em contratos de trabalho, foi vetado por Lula.

O veto era uma reivindicação de atletas, sobretudo jogadores de futebol, que nas últimas semanas chegaram a realizar protestos em jogos da Série A do Campeonato Brasileiro.

Prevista na Lei Pelé, agora revogada pela LGE, a cláusula compensatória é um valor devido pelo clube ao atleta nas hipóteses de rescisão de contrato ou dispensa imotivada de atletas.

Esse valor pode ser livremente acordado entre as partes, respeitando o máximo de 400 vezes o valor do salário mensal ou o mínimo equivalente ao que atleta deveria receber até o fim do contrato.

No texto aprovado pelos parlamentares, a cláusula compensatória era flexibilizada caso o atleta obtivesse um novo contrato de trabalho, e o clube só deveria pagar a diferença de valor do novo salário, se ele fosse menor do que no contrato anterior.

A Lei Geral também previa a criação da Autoridade Nacional para Prevenção e Combate à Violência e à Discriminação no Esporte (Anesporte), ligada ao Ministério do Esporte, mas este trecho foi vetado, segundo a ministra, por "vício de iniciativa", já que a criação de órgãos do Poder Executivo deve ser feita mediante projeto de iniciativa do governo.

Segundo Ana Moser, a criação da agência será enviada por meio de um novo projeto de lei do Poder Executivo. O presidente também vetou o Fundo Nacional do Esporte, que, de acordo com Ana Moser, se deu por falta de previsão de receitas para sua instituição.

Os vetos do presidente agora serão analisados pelo Congresso Nacional, que poderá mantê-los ou não, com votação por maioria simples tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado.

Sistema Nacional

A LGE reconhece o esporte como atividade de alto interesse social e institui um Sistema Nacional do Esporte (Sinesp) balizado por planos decenais de esporte de estados, Distrito Federal e municípios, em consonância com o Plano Nacional do Esporte.

Tanto o Sinesp quanto o plano terão como finalidade fortalecer organizações que reconheçam o esporte como fator de desenvolvimento humano, de forma a contribuir para democratizar o acesso das pessoas às práticas esportivas.

O texto prevê que essas organizações tenham uma gestão guiada pelos princípios de transparência financeira e administrativa; moralidade; e responsabilidade social dos dirigentes. Ele determina também a isonomia nos valores pagos a atletas ou paratletas homens e mulheres nas premiações concedidas nas competições que organizarem ou de que participarem.

Outro ponto tratado pela LGE é o pagamento da Bolsa Atleta, com valores que vão de R$ 370 mensais, categoria de base, a R$ 15 mil mensais, categoria pódio, para atletas ranqueados entre os 20 melhores do mundo na modalidade.

Recursos

As organizações esportivas que receberem recursos obtidos via loterias deverão administrar esses valores obedecendo aos princípios gerais da administração pública. Para receberem esses repasses, as entidades precisam estar regulares com relação às obrigações fiscais e trabalhistas. A fiscalização ficará a cargo do Tribunal de Contas da União (TCU).

O acesso das entidades esportivas a recursos públicos depende que elas comprovem ter gestão transparente com relação a dados econômicos e financeiros, contratos, patrocinadores, direitos de imagem, propriedade intelectual, entre outros aspectos.

O estatuto dessas entidades deverá ter princípios definidores de gestão democrática e transparência da gestão na movimentação dos recursos.

De acordo com o texto aprovado, o limite de dedução do imposto de renda para pessoas físicas interessadas em colaborar para o esporte é de 7%. Já para empresas, passará de 3% para 4%. A condição para isso é que o apoio ao projeto (esportivo ou paradesportivo) promova inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade social.

O projeto concede às organizações esportivas mandantes dos jogos o direito de exploração e comercialização da difusão de imagens e sons. Dessa forma, essas organizações terão a prerrogativa de negociar, autorizar ou proibir a captação, emissão, transmissão, retransmissão ou reprodução das imagens, por qualquer meio, de evento esportivo de que participem.

Outro ponto abordado pela LGE é a **punição das torcidas organizadas que tiverem condutas discriminatórias, racistas, xenófobas, homofóbicas ou transfóbicas, impedindo-as de comparecer a eventos esportivos pelo prazo de até cinco anos.**

Conselho

Um novo Conselho Nacional do Esporte (CNE) será instituído, com a atribuição de aprovar diretrizes de uso do Fundo Nacional do Esporte (Fundesporte), bem como de fiscalizá-lo. Também caberá ao conselho avaliar o relatório anual de monitoramento do Ministério do Esporte sobre a execução do Plano Nacional do Esporte.

O CNE será composto por 36 membros, sendo 18 representantes governamentais. Nele, deverá haver pelo menos um representante do Senado, um da Câmara, um do Ministério da Defesa, três dos estados e três dos municípios. Os demais 18 representantes serão da sociedade civil.

A LGE determina aos governos estaduais que atuem na construção, reforma e ampliação da infraestrutura e equipamentos esportivos públicos para a população, dando prioridade aos municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Já os municípios ficarão encarregados de executar políticas públicas esportivas em todos os níveis, com fomento prioritário ao esporte educacional.

Seleção brasileira jogará com uniforme preto pela 1ª vez na história

A seleção brasileira fará no sábado, 17, um amistoso contra Guiné, no estádio Cornellà-El Prat, em Barcelona, na Espanha, e um aspecto deve chamar atenção. Ao invés do tradicional uniforme com camisa amarela e calções azuis, o Brasil entrará em campo vestido todo de preto. A iniciativa faz parte de uma série de ações organizadas pela CBF (Confederação Brasileira de Futebol) com o objetivo de combater o racismo.

A combinação é inédita em 109 anos de história. A única vez em que o Brasil entrou em campo com uniforme na mesma cor foi em 1914, quando os atletas usaram camisas e calções brancos. Desde 1952, a seleção adota o tradicional modelo 'canarinho'.

Os jogadores vestirão o uniforme preto durante o primeiro tempo do amistoso. A equipe voltará para a segunda etapa já com a camisa amarela, que também terá uma mensagem com alusão ao combate ao racismo, conforme anunciado pela entidade nesta segunda-feira, 12.

A iniciativa foi elaborada, principalmente, após o último episódio de racismo sofrido pelo atacante Vinicius Júnior, do Real Madrid, justamente na Espanha.

O jogador tem sido alvo constante de injúrias raciais no país nas últimas temporadas. O caso mais recente ocorreu no último dia 21 de maio, quando parte da torcida do Valencia chamou o brasileiro de "macaco" no estádio Mestalla.

Ex-aluno invade escola, mata estudante e fere outro no Paraná

Um ex-aluno do Colégio Estadual Professora Helena Kolody, em Cambé, no Paraná, entrou na instituição e atirou contra alunos, na manhã desta segunda-feira (19/6). Uma aluna morreu e um estudante teve que ser internado às pressas, após ser baleado na cabeça, de acordo com nota do governo do Paraná. Os dois estudantes baleados eram namorados.

As vítimas são Karoline Verri Alves, 17 anos, e Luan Augusto, 16 (foto em destaque). Karoline morreu no local. Luan está em estado gravíssimo.

"No momento, (Luan) encontra-se em assistência ventilatória, sedado e monitorizado", informou o Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina (HU-UEL), para onde o aluno foi levado. A unidade de saúde informou ainda que todos os exames laboratoriais e tomografia computadorizada de crânio foram feitos e a vítima é assistida pela equipe da neurocirurgia. Uma equipe de psicologia e assistente social acompanha a família.

Segundo informações das autoridades, o rapaz de 21 anos alegou que precisava do histórico escolar, mas quando entrou na instituição começou a atirar contra os estudantes. Era por volta das 9h.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lamentou a tragédia. "Recebo com muita tristeza e indignação a notícia do ataque no Colégio Estadual Professora Helena Kolody, em Cambé, no Paraná. Mais uma jovem vida tirada pelo ódio e a violência que não podemos mais tolerar dentro das nossas escolas e na sociedade. É urgente construirmos juntos um caminho para a paz nas escolas. Meus sentimentos e preces para a família e comunidade escolar", disse o petista, em publicação nas redes sociais.

O governador Ratinho Júnior (PSD) também lamentou o ataque e decretou luto oficial de três dias no estado.

Em evento no Rio de Janeiro, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, interrompeu o discurso para falar sobre o atentado. “Nós registramos que precisamos estar juntos para fortalecer a cultura da paz, fortalecer o trabalho das polícias e ao mesmo tempo fazer com que a nossa juventude, as nossas crianças, sejam afastadas dessa ideia de que a violência é um caminho para a condução de suas vidas. O caminho da união é fundamental para que tragédias não ocorram”, apontou.

Depois do tiroteio, o ex-aluno que cometeu o ataque foi imobilizado por um professor. Detido, ele levado para Londrina (PR).

Brasil teve pelo menos 30 ataques violentos a escolas desde 2002, mostra estudo

No Brasil, houve pelo menos 30 ataques violentos a escolas nos últimos 21 anos (entre janeiro de 2002 e maio de 2023). Segundo o estudo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 36 pessoas morreram nesse período, sendo:

- 25 estudantes (15 meninas e 10 meninos);
- quatro professoras;
- uma coordenadora;
- uma inspetora;
- cinco atiradores (suicídio).

O balanço não inclui o caso desta segunda-feira (19), em Cambé, no norte do Paraná, no qual um ex-aluno entrou atirando no Colégio Estadual Helena Kolody e matou uma menina.

Aumento de casos nos últimos anos

De 2002 até 2021, houve, no máximo, três ataques por ano a escolas brasileiras. Desde então, o ritmo aumentou significativamente:

- foram dez em 2022 (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Ceará e São Paulo)
- e sete em 2023, até maio (São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Goiás, Ceará e Mato Grosso do Sul).

Cleo Garcia, advogada, mestranda da Unicamp e uma das organizadoras do estudo, diz que esses ataques são planejados e não acontecem por acaso.

"São fomentados por uma cultura de ódio disseminada pelas redes sociais mais conhecidas. Há públicos que idolatram esses autores e glorificam o atentado", afirma.

"Além disso , aqueles que cometem esse tipo de crime geralmente já se encontram numa espiral de violência e exclusão de anos, e acabam sendo acolhido por grupos extremistas."

Motivações mais comuns: Segundo o estudo das pesquisadoras Telma Vinha e Cleo Garcia, os ataques a escolas são crimes movidos por ódio e/ou vingança. Podem ser gerados por ressentimentos, racismo, misoginia, extremismo ou aversão completa a uma pessoa ou grupo.

❗**Consequências dos ataques:** Toda a comunidade tende a sofrer danos depois de tragédias nas escolas, mostra a pesquisa. Alunos, professores e moradores do município enfrentam traumas, aumento expressivo de transtorno mentais, consumo exagerado de álcool e drogas, e risco de abandono escolar ou afastamento do trabalho.

❗**Formas de prevenção:** A solução para interromper a sequência de ataques não é a repressão, afirma Garcia, mas "uma mudança de cultura que deve se iniciar na escola, com programas de convivência que trabalhem a inclusão, o diálogo, o pertencimento e todos os assuntos que permeiam uma convivência com o diferente".

Febre maculosa: o que se sabe sobre o surto da doença após evento em Campinas

A cidade de Campinas, no interior de São Paulo, registra um surto de febre maculosa. Os casos foram registrados na Fazenda Santa Margarida, no distrito de Joaquim Egídio, região leste da cidade, área com risco de transmissão da doença.

Em anúncio à imprensa, a prefeitura de Campinas atualizou a situação da doença. Até o momento, foram registrados seis casos, sendo quatro confirmados e dois suspeitos. Do total, quatro pessoas morreram e duas permanecem internadas.

Os três óbitos confirmados pelo Instituto Adolfo Lutz para febre maculosa são da dentista Mariana Giordano, de 36 anos, do piloto de automobilismo Douglas Costa, de 42 anos, namorado de Mariana, e de uma mulher de 28 anos, de Hortolândia. Os três morreram no dia 8 de junho.

O quarto óbito, confirmado nesta quinta-feira (15), é de uma adolescente de 16 anos, que estava internada em Campinas. Ela morreu na noite de terça-feira (13). De acordo com a prefeitura, as quatro pessoas estiveram na Fazenda Santa Margarida no dia 27 de maio.

Uma das pacientes internadas com suspeita da doença é uma mulher de 38 anos, de Campinas, que esteve em evento no local no dia 3 de junho e apresentou início de sintomas no dia 10. A outra paciente é uma mulher, de 40 anos, moradora de Hortolândia, ela apresentou sintomas no dia 10 e segue internada em um hospital privado de Campinas, aguardando resultado do exame laboratorial.

Segundo a prefeitura, além destas ocorrências, há outros dois casos confirmados em Campinas este ano. As duas pessoas morreram e os casos não estão relacionados ao surto da Fazenda Santa Margarida.

Enfrentamento da doença

A prefeitura de Campinas anunciou um conjunto de medidas de enfrentamento à febre maculosa. A região de Campinas é endêmica para a febre maculosa, com o maior registro de casos no Brasil.

“Estamos fazendo um grande esforço, reunindo diversas áreas da prefeitura e representantes da Saúde pública e privada, para minimizar cada vez mais o risco da febre maculosa. A doença tem sintomas muito parecidos com outras enfermidades, como dengue, por exemplo. Por isso a importância de comunicarmos os riscos, os sintomas e orientar as pessoas a informarem os médicos de que estiveram em áreas verdes”, afirmou o prefeito Dário Saadi.

No final da manhã, houve uma reunião entre Prefeitura e serviços de saúde públicos e privados do município. De acordo com a prefeitura, será publicado um decreto nos próximos dias com regras para estabelecimentos que realizam eventos para grandes públicos e que ficam em áreas de risco ou com presença do carrapato-estrela.

A partir desta quarta-feira (14), passa a valer uma determinação do Departamento de Vigilância em Saúde (Devisa) para que toda área de risco para a febre maculosa tenha informações sobre a doença, com cartazes, faixas, placas e outros dispositivos de comunicação do risco.

Segundo a prefeitura, a Fazenda Santa Margarida só poderá fazer novos eventos quando apresentar um plano de contingência ambiental e de comunicação. Além disso, os responsáveis pelo local foram notificados sobre a importância da sinalização quanto ao risco da febre maculosa.

Doença endêmica no Sudeste

A febre maculosa brasileira, causada pela bactéria Rickettsia rickettsii é a doença transmitida por carrapatos de maior importância no país, sendo endêmica na região Sudeste, onde as taxas de letalidade passam de 50%, de acordo com o Ministério da Saúde.

No contexto da epidemiologia, o termo **"endemia"** descreve a presença constante ou habitual de uma doença, ou agente causador de infecção em determinada população dentro de uma área geográfica.

Causada por bactérias do gênero Rickettsia, a febre maculosa é uma infecção que pode levar à inflamação de vasos sanguíneos, com quadros que podem ser leves a graves. A variada apresentação clínica, com sinais e sintomas inespecíficos parecidos com o de muitas outras doenças, pode levar a um atraso no diagnóstico, aumentando os riscos de morte.

No Brasil, a febre maculosa foi reconhecida pela primeira vez em 1929 e observada inicialmente nos estados de São Paulo e de Minas Gerais, principalmente em regiões rurais, de acordo com o Ministério da Saúde. Posteriormente, houve relatos de casos nos estados no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Em 2001, a infecção foi incluída na lista das doenças de notificação compulsória no país.

Morre, aos 83 anos, Astrud Gilberto, ícone da bossa nova

Morreu, na noite desta segunda-feira (5/6), a **cantora Astrud Gilberto**, aos 83 anos. O falecimento da artista foi comunicado pelo perfil da cantora nas redes sociais. **Astrud deu voz em inglês para a música Garota de Ipanema, o que popularizou a canção ao redor do mundo. Pela música, ela ganhou um Grammy em 1965, o primeiro dado a uma brasileira.**

A morte dela também foi anunciada pela neta de Astrud, Sofia Gilberto. "Minha vovó Astrud Gilberto fez essa música pra mim, se chama Linda Sofia. Inclusive, ela queria que meu nome fosse Linda Sofia. A vida é linda, como diz a música, mas venho trazer a triste notícia que minha avó virou estrela hoje e está ao lado do meu avô João Gilberto. Astrud foi a verdadeira garota que levou a bossa nova de Ipanema para o mundo. Foi a pioneira e a melhor", escreveu Sofia nas redes sociais.

Astrud Gilberto nasceu em Salvador, filha de mãe brasileira e pai alemão. Em 1959, ela casou com João Gilberto, quem incentivou ela na música. Ao lado do marido e de Stan Getz, ela produziu o álbum Getz/Gilberto, onde foi gravada a versão inglês de Garota de Ipanema. Após se separar de João Gilberto, em 1964, ela começa a carreira solo. Até 2003, foram mais de 17 álbuns lançados. Astrud estava longe dos palcos desde 2002.

Em 1965, Astrud ganhou o Grammy de melhor gravação do ano com Stan Getz, mas ela perdeu o troféu de artista revelação para os Beatles.

Estratégia

Concursos

Gratidão!

Estratégia

Concursos